



CÓD: OP-171DZ-23

PC-PE

POLÍCIA CIVIL DE PERNAMBUCO

450 questões gabaritadas - GABARITANDO
Agente de Polícia

CADERNO DE QUESTÕES

Questões Gabaritadas:

1. Língua Portuguesa	5
2. Informática.....	35
3. Raciocínio Lógico	41
4. Contabilidade Geral	47
5. Estatística	61
6. Legislação Estadual	71
7. Noções de Direito Constitucional.....	77
8. Noções de Direito Administrativo	95
9. Noções de Direito Penal.....	113
10. Noções de Direito Processual Penal.....	129

53. CEBRASPE - PFN (PGFN)/PGFN/2023

ASSUNTO: DIREITO ADMINISTRATIVO - Fases da Licitação - Julgamento, Habilitação e Encerramento (arts. 55 a 71 da Lei nº 14.133/2021)

Determinada empresa do setor de construção civil participou de licitação, na modalidade concorrência, com critério de julgamento técnica e preço, para revitalização da fachada de um edifício público, tendo indicado, para fins de pontuação por capacitação técnico-profissional, o engenheiro Túlio, seu empregado, que possuía ampla experiência na área objeto da licitação, além de especialização, mestrado e doutorado em engenharia civil. A empresa venceu a licitação e, após o início das obras, despediu Túlio, por entender que era muito dispendioso manter um profissional com tal gabarito em seu quadro de empregados.

A partir da situação hipotética apresentada, assinale a opção **correta**.

(A) Não houve nenhuma ilegalidade na dispensa de Túlio, então a execução do contrato poderá seguir normalmente, pois foi a empresa que venceu a licitação, e não o empregado.

(B) Túlio tem direito à estabilidade no prazo da relação contratual entre a empresa e a administração pública, razão pela qual poderá pleitear judicialmente sua reintegração à empresa.

(C) Caso a dispensa de Túlio tenha sido injustificada, a empresa classificada na segunda colocação do certame licitatório deverá assumir o contrato e finalizar a execução do serviço.

(D) Túlio deverá participar da execução da reforma, sendo admitida a sua substituição somente por profissional de experiência equivalente ou superior, condicionada à aprovação pela administração pública.

(E) Túlio não poderia ter sido dispensado antes do término do contrato, pois a capacitação técnico-profissional apresentada é intuito personae.

54. CEBRASPE - DP RO/DPE RO/2023

ASSUNTO: DIREITO ADMINISTRATIVO - Contratação Direta, Inexigibilidade e Dispensa (arts. 72 a 75 da Lei nº 14.133/2021)

Uma federação de associações de moradores ingressou em juízo para exigir a sua contratação pela prefeitura de determinado município para a prestação de serviço de coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos e, conseqüentemente, obstar a continuidade da licitação desse objeto, a qual estava em curso no município em questão.

A partir da situação hipotética apresentada, assinale a opção **correta**.

(A) Como se trata de hipótese de inexigibilidade de licitação, o Poder Judiciário poderá impedir a licitação.

(B) Como se trata de hipótese de dispensa de licitação, o Poder Judiciário poderá impedir a licitação.

(C) Como não se trata de associação de pessoas físicas, a hipótese não é contemplada pela dispensa de licitação.

(D) Como a realização do objeto posto em licitação é de exclusividade legal das associações e cooperativas de catadores, não há discricionariedade administrativa, portanto o Poder Judiciário poderá adjudicar o contrato à federação.

(E) Como se trata de hipótese de licitação municipal, a lei federal que dispõe acerca de licitações não é aplicável.

55. CEBRASPE - TEC ADM (AGER MT)/AGER MT/2023

ASSUNTO: DIREITO ADMINISTRATIVO - Contratação Direta, Inexigibilidade e Dispensa (arts. 72 a 75 da Lei nº 14.133/2021)

Julgue os itens a seguir, relativos a licitação.

I São hipóteses de contratação direta previstas na Lei n.º 14.133/2021 a dispensa de licitação e a inexigibilidade de licitação.

II Tratando-se da alienação de bens imóveis, estará dispensada a realização de licitação em caso de dação em pagamento.

III Ao contrário do que ocorre na dispensa de licitação, na inexigibilidade de licitação, a competição é inviável, sendo exaustivas as hipóteses previstas na Lei n.º 14.133/2021.

IV A licitação deserta torna indispensável a realização de procedimento licitatório.

59. CEBRASPE - TJ (TJ CE)/TJ CE/TÉCNICO-ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2023

ASSUNTO: DIREITO ADMINISTRATIVO - INSTRUMENTOS AUXILIARES (ARTS. 78 A 88 DA LEI Nº 14.133/2021)

Assinale a opção que indica procedimentos auxiliares das licitações e das contratações regidas pela Lei n.º 14.133/2021 (nova Lei de Licitações e Contratos).

- (A) procedimento de manifestação de interesse e registro de preços
- (B) registro cadastral e leilão
- (C) sistema de registro de preços e concurso
- (D) pré-qualificação e diálogo competitivo
- (E) credenciamento e pré-qualificação

60. CEBRASPE - PFN (PGFN)/PGFN/2023

ASSUNTO: DIREITO ADMINISTRATIVO - Instrumentos Auxiliares (arts. 78 a 88 da Lei nº 14.133/2021)

Um órgão da administração pública necessita realizar contratações para:

I aquisição de material de expediente.

II cadastramento de clínicas oftalmológicas para exames necessários à expedição de carteira nacional de habilitação (CNH).

III compra de passagens aéreas.

IV avaliação de desempenho de fornecedor de serviços de copeiragem.

V aquisição de café e açúcar.

Com base na Lei n.º 14.133/2021, é **correto** afirmar que, na situação hipotética apresentada, são procedimentos auxiliares de contratação cabíveis

- (A) o pregão, para o objeto **I**, o credenciamento, para os objetos **II** e **V**, a concorrência, para o objeto **III**, e o procedimento de manifestação de interesse, para o objeto **IV**.
- (B) o sistema de registro de preços, para os objetos **I** e **V**, o credenciamento, para os objetos **II** e **III**, e o registro cadastral unificado, para o objeto **IV**.
- (C) o pregão, para os objetos **I** e **V**, o credenciamento, para os objetos **II** e **III**, e a pré-qualificação, para o objeto **IV**.
- (D) o pregão, para os objetos **I** e **V**, a concorrência, para os objetos **II** e **III**, e o diálogo competitivo, para o objeto **IV**.
- (E) o sistema de registro de preços, para os objetos **I** e **V**, o registro cadastral unificado, para os objetos **II** e **III**, e a pré-qualificação, para o objeto **IV**.

61. CEBRASPE - TJ (TJ CE)/TJ CE/TÉCNICO-ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2023

ASSUNTO: DIREITO ADMINISTRATIVO - FORMA-LIZAÇÃO DOS CONTRATOS (ARTS. 89 A 95 DA LEI Nº 14.133/2021)

A respeito da gestão de contratos, assinale a opção **correta**.

(A) Ao receber qualquer documento em cópia sem autenticação de cartório, junta comercial ou conselho profissional, o gestor deve requisitar o original, para verificação.

(B) Todos os contratos firmados pela administração pública devem ter forma escrita e ser juntados ao processo que tiver dado origem à contratação, sendo divulgados e mantidos à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

(C) Cabe ao gestor do contrato gerenciar a mão de obra do contratado e verificar se a contratada está cumprindo com as obrigações trabalhistas e previdenciárias dos seus empregados.

(D) Todo contrato deve apresentar a finalidade, o ato que autorizou sua lavratura e o número do processo, sem identificar os nomes das partes e os de seus representantes.

(E) O prazo de convocação do licitante vencedor para assinar o termo de contrato poderá ser prorrogado duas vezes, por igual período.

62. CEBRASPE - PJ (MPE PA)/MPE PA/2023

ASSUNTO: DIREITO ADMINISTRATIVO - Hipóteses de Extinção dos Contratos (arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021)

A respeito da extinção dos contratos administrativos conforme dispõe a Lei n.º 14.133/2021, assinale a opção **correta**.

(A) A extinção do contrato administrativo pode ser determinada unilateralmente pela administração pública, ainda que o descumprimento contratual tenha decorrido de conduta da própria administração.

(B) A utilização das instalações e dos equipamentos necessários à continuidade do contrato deverá ser imediata, independentemente de autorização do gestor público competente, em caso de extinção do contrato administrativo por ato unilateral da administração pública.

6. CEBRASPE - GCM (BOA VISTA)/PREF BOA VISTA/2023

ASSUNTO: DIREITO PENAL - DA CONTAGEM DOS PRAZOS (ARTS. 10 E 11 do CP)

De acordo com a doutrina e a legislação penal, os prazos penais são

- (A) prorrogáveis, incluindo-se em sua contagem o dia do começo.
- (B) improrrogáveis, excluindo-se o dia do começo em seu cômputo.
- (C) improrrogáveis, incluindo-se em seu cômputo o dia do começo.
- (D) prorrogáveis, excluindo-se o dia do começo em sua contagem.

7. CEBRASPE - SOLD (PM SC)/PM SC/2023

ASSUNTO: DIREITO PENAL - Princípio da Territorialidade (art. 5º do CP)

Acerca da aplicação da lei penal, assinale a opção **correta**.

- (A) Compete ao juízo das execuções a aplicação da lei penal mais benéfica ao acusado, ainda que não transitada em julgado a sentença condenatória.
- (B) Sem prejuízo de convenções, tratados e regras de direito internacional, aplica-se a lei penal brasileira aos fatos ocorridos em aeronaves privadas estrangeiras durante seu voo sobre o território brasileiro.
- (C) A lei excepcional ou temporária, quando decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, não se aplica ao fato praticado durante sua vigência.
- (D) Para efeito de análise do local do crime, a legislação brasileira adota a teoria da atividade.
- (E) Na contagem dos prazos previstos no Código Penal (CP), exclui-se o dia do começo do prazo e inclui-se o do vencimento.

8. CEBRASPE - PJ (MPE PA)/MPE PA/2023

ASSUNTO: DIREITO PENAL - Princípio da Extraterritorialidade (art. 7º do CP)

Está sujeito à lei brasileira o crime

- (A) praticado em embarcação estrangeira na zona econômica exclusiva brasileira.
- (B) praticado em embarcação privada brasileira atracada em país estrangeiro, se o agente tiver sido condenado no referido país.

(C) contra a honra do presidente da República praticado no exterior.

(D) praticado em embarcação privada de bandeira brasileira em mar territorial de país estrangeiro signatário do MERCOSUL.

(E) de genocídio, quando o agente for absolvido no país estrangeiro, mesmo sendo domiciliado no Brasil.

9. CEBRASPE - GM (SÃO CRISTÓVÃO)/PREF SÃO CRISTÓVÃO/2023

ASSUNTO: DIREITO PENAL - HOMICÍDIO (ART. 121 do CP)

O homicídio é considerado qualificado se for praticado

- (A) por motivo grave.
- (B) com emprego de arma de fogo.
- (C) para assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime.
- (D) por domínio de violenta emoção, logo após injusta agressão da vítima.

10. CEBRASPE - SOLD (PM SC)/PM SC/2023

ASSUNTO: DIREITO PENAL - Homicídio (art. 121 do CP)

Nos termos do CP, a pena pelo crime de feminicídio é aumentada de um terço até a metade se o crime tiver sido praticado

- (A) enquanto a vítima estava gestante ou nos três meses posteriores ao parto.
- (B) em descumprimento de medida protetiva de urgência referente ao dever de pagar alimentos provisórios.
- (C) na presença física de terceiros.
- (D) na presença virtual de descendentes do acusado.
- (E) em descumprimento de medida protetiva de urgência referente ao dever de comparecimento do agressor a programas de recuperação e reeducação.

- (D) o delito de perseguição (*stalking*).
 (E) contravenção penal de perturbação da tranquilidade.

17. CEBRASPE - PJ (MPE BA)/MPE BA/2023

ASSUNTO: DIREITO PENAL - Dos Crimes contra a Inviolabilidade dos Segredos (arts. 153 a 154-B do CP)

A respeito dos crimes cibernéticos, assinale a opção **correta**.

- (A) O crime de invasão de dispositivo informático é submetido a ação penal pública incondicionada, salvo se cometido contra o presidente da República ou chefe de governo estrangeiro, hipótese em que se exige requisição do ministro da justiça.
 (B) Os crimes informáticos ou de informática são conceituados como aqueles cometidos por meio de computadores, contra eles ou através deles, desde que no âmbito da Internet.
 (C) De acordo com o atual ordenamento jurídico brasileiro, o ransomware é conduta penalmente atípica.
 (D) O racismo cibernético é exemplo de crime digital próprio.
 (E) No plano internacional, o Brasil se obrigou a tipificar os crimes informáticos em sua legislação interna, por meio de convenção já aprovada pelo Congresso Nacional e promulgada pela Presidência da República.

18. CEBRASPE - JD (TJDFT)/TJDFT/2023

ASSUNTO: DIREITO PENAL - Do Furto (arts. 155 e 156 do CP)

João, maior de idade e capaz, e José, com 15 anos de idade, previamente acertados, adentraram em um ônibus e, enquanto José distraía Maria, João subtraiu da bolsa dela um telefone celular. De posse do celular, João dirigiu-se à porta de saída do ônibus, quando foi detido por Manoel, que, tendo observado tudo, recuperou o celular de Maria e entregou João e José para uma viatura da polícia que por ali passava. Apurou-se que João e José praticavam tal conduta rotineiramente em ônibus pela cidade.

A partir da situação hipotética anterior, assinale a opção **correta**.

- (A) A conduta de João enquadra-se como furto tentado, porque ele não teve a posse mansa e pacífica do celular.
 (B) O crime de corrupção de menores é crime formal, portanto sua configuração depende de prova da corrupção.

- (C) A comprovação da menoridade, para efeitos de configuração do crime de corrupção de menores, requer a juntada de certidão de nascimento do corrompido.

(D) O prontuário civil de José não é prova suficiente de sua menoridade.

(E) O furto foi consumado, por ter o celular saído da esfera de vigilância da vítima.

19. CEBRASPE - NER (TJ SC)/TJ SC/PROVIMENTO/2023

ASSUNTO: DIREITO PENAL - Do Furto (arts. 155 e 156 do CP)

Valendo-se da situação de calamidade pública decretada em razão da pandemia de covid-19, Eduardo, mediante o uso de uma chave falsa, subtraiu para si um veículo de propriedade de Mariana. Acionada, a polícia militar, após efetuar algumas rondas, prendeu em flagrante Eduardo na posse do veículo e da chave usada por ele para ligar o automóvel.

Nessa situação hipotética, houve o delito de

- (A) furto consumado, segundo a teoria da *ablatio*, devendo haver a incidência da agravante genérica relativa à ocasião de calamidade pública.
 (B) furto consumado, segundo a teoria da *concretatio*, devendo haver a incidência da agravante genérica relativa à ocasião de calamidade pública.
 (C) furto consumado, segundo a teoria da *amotio ou apprehensio*, devendo haver a incidência da agravante genérica relativa à ocasião de calamidade pública.
 (D) furto tentado, uma vez que não houve posse desviada do veículo. E furto tentado, uma vez que o veículo foi retomado em momento imediatamente posterior à sua subtração.

20. CEBRASPE - PJ (MPE PA)/MPE PA/2023

ASSUNTO: DIREITO PENAL - Do Roubo e da Extorsão (arts. 157 a 160 do CP)

Renato, munido de uma faca, deu voz de assalto a Carolina, que informou não ter nenhum bem de valor. Ele, como não acreditou em Carolina, exigiu que esta esvaziasse os bolsos, momento em que Renato percebeu que ela realmente só trazia consigo o documento de identificação, o que o levou a sair do local sem levar nada.

Nessa situação, a conduta de Renato, conforme o Superior Tribunal de Justiça (STJ), caracteriza-se como

- (A) roubo simples consumado.
 (B) atípica, já que houve crime impossível.

24. CEBRASPE - PROC (PGE PA)/PGE PA/2023

ASSUNTO: LEGISLAÇÃO PENAL e Processual Penal Especial - Lei nº 7.716/1989 - Crimes de Preconceito de Raça ou Cor

De acordo com a Lei n.º 7.716/1989, aquele que, em razão de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional, impedir o acesso de alguém, devidamente habilitado, a qualquer cargo da administração direta

(A) comete crime sujeito a pena de detenção, de dois a cinco anos, e multa.

(B) incorre na mesma pena de quem, por motivo de discriminação de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional, impede o acesso às entradas sociais em edifícios públicos ou residenciais e elevadores ou escada de acesso a tais espaços.

(C) comete crime sujeito a pena de reclusão, de três a seis anos, e multa.

(D) tem a pena aumentada de um sexto a um terço se praticar o crime com o auxílio de outra pessoa.

(E) incorre na mesma pena de quem, por motivo de discriminação de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional, obstar a promoção funcional.

25. CEBRASPE - GCM (BOA VISTA)/PREF BOA VISTA/2023

ASSUNTO: LEGISLAÇÃO PENAL e Processual Penal Especial - Lei nº 8.069/1990 - (Dos Crimes - ECA, arts. 225 ao 244-B)

Considerando as disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) referentes aos crimes praticados contra criança e adolescente, julgue os seguintes itens.

I A conduta de fotografar cena pornográfica que envolva adolescente tipifica crime punido com pena de detenção.

II Oferecer recompensa para recebimento de filho de outrem configura crime inafiançável e imprescritível.

III O mero armazenamento de cena de sexo explícito que envolva criança ou adolescente não configura crime.

Assinale a opção **correta**.

(A) Nenhum item está certo.

(B) Apenas o item **I** está certo.

(C) Apenas os itens **II** e **III** estão certos.

(D) Todos os itens estão certos.

26. CEBRASPE - GCM (BOA VISTA)/PREF BOA VISTA/2023

ASSUNTO: LEGISLAÇÃO PENAL e Processual Penal Especial - Lei nº 8.069/1990 - (Dos Crimes - ECA, arts. 225 ao 244-B)

É crime previsto no ECA

(A) entregar, gratuitamente, bebida alcoólica a criança ou adolescente.

(B) conduzir, sem prévia autorização judicial, criança ou adolescente para visitação do pai preso em estabelecimento prisional.

(C) entregar a criança fogos de estampido ou de artifício, ainda que incapazes de provocar-lhe dano físico.

(D) levar criança a culto religioso promovido em logradouros públicos.

27. CEBRASPE - GCM (BOA VISTA)/PREF BOA VISTA/2023

ASSUNTO: LEGISLAÇÃO PENAL e Processual Penal Especial - Lei nº 8.072/1990 - Crimes Hediondos

Acerca dos crimes hediondos, assinale a opção **correta** de acordo com a Lei n.º 8.072/1990.

(A) A pena por crime hediondo deve ser cumprida integralmente em regime fechado.

(B) Não há crime hediondo tentado.

(C) A configura o do crime hediondo requer a presença de violência real.

(D) Os crimes hediondos são inafian aveis.

28. CEBRASPE - NER (TJ SC)/TJ SC/REMOÇÃO/2023

ASSUNTO: LEGISLAÇÃO PENAL e Processual Penal Especial - Lei nº 8.072/1990 - Crimes Hediondos

No que diz respeito aos crimes hediondos e aos crimes a eles equiparados, assinale a opção **correta**.

(A) Com o Pacote Anticrime, o crime de tráfico de drogas deixou de ser equiparado aos delitos hediondos.

(B) O requisito objetivo para a progressão de regime do condenado por tráfico de drogas é o cumprimento de 40% da pena, caso ele seja primário ou não reincidente específico em crimes hediondos ou equiparados sem resultado morte.

(C) O Pacote Anticrime conceituou o que se entende por crime hediondo ou a ele equiparado.

(D) Em qualquer fase da investigação ou da ação penal, havendo necessidade para a garantia da ordem pública, o juiz poderá, como medida cautelar, de ofício, ou a requerimento do MP, ou, ainda, mediante representação da autoridade policial, decretar, em decisão motivada, a suspensão da permissão ou da habilitação do acusado para dirigir veículo automotor, ou a proibição de sua obtenção.

(E) É inconstitucional a imposição da pena de suspensão de habilitação para dirigir veículo automotor ao motorista profissional condenado por homicídio culposo no trânsito, haja vista a ilegítima violação ao direito ao exercício de atividades profissionais.

33. CEBRASPE - GM (SÃO CRISTÓVÃO)/PREF SÃO CRISTÓVÃO/2023

ASSUNTO: LEGISLAÇÃO PENAL e Processual Penal Especial - Lei nº 9.503/1997 - Crimes no Código de Trânsito Brasileiro (arts. 291 a 312-B)

De acordo com o Código de Trânsito Brasileiro, são circunstâncias que sempre agravam as penalidades dos crimes de trânsito ter o condutor do veículo cometido a infração

- (A) utilizando o veículo como transporte de carga.
- (B) com permissão para dirigir ou carteira de habilitação de categoria igual à do veículo.
- (C) com dano potencial para uma ou mais pessoas.
- (D) utilizando o veículo sem placas, com placas falsas ou adulteradas.

34. CEBRASPE - GM (SÃO CRISTÓVÃO)/PREF SÃO CRISTÓVÃO/2023

ASSUNTO: LEGISLAÇÃO PENAL e Processual Penal Especial - Lei nº 9.503/1997 - Crimes no Código de Trânsito Brasileiro (arts. 291 a 312-B)

Flávio, motorista profissional de táxi, se envolveu em um acidente de trânsito em que atropelou um pedestre em determinada via pública, que não resistiu aos ferimentos e faleceu no local do acidente. Segundo testemunhas, Flávio estava distraído no momento do acidente. Considerando a situação hipotética e o Código de Trânsito Brasileiro, Flávio poderá ser processado pelo crime de homicídio

- (A) doloso e a pena poderá ser aumentada de 1/3 (um terço) à metade.
- (B) culposo e a pena poderá ser aumentada de 1/3 (um terço) à metade.
- (C) culposo sem nenhuma causa de aumento de pena.
- (D) doloso sem nenhuma causa de aumento de pena.

35. CEBRASPE - PJ (MPE PA)/MPE PA/2023
ASSUNTO: LEGISLAÇÃO PENAL e Processual Penal Especial - Da Aplicação da Pena (arts. 6º a 24 da Lei nº 9.605/1998)

Crime ambiental praticado pela empresa A, a qual, posteriormente, tenha sido incorporada à empresa B, resulta

- (A) em extinção da punibilidade, independentemente da análise de ter havido ou não fraude na incorporação.
- (B) em nenhuma consequência jurídica, uma vez que se trata de pessoas jurídicas distintas.
- (C) na transferência da responsabilização penal para a empresa B pelo crime ambiental, em razão da transferência de direitos e obrigações.
- (D) em extinção da punibilidade de A, se demonstrada a ausência de fraude na incorporação.
- (E) na impossibilidade legal da incorporação, enquanto não resolvida a questão penal.

36. CEBRASPE - GCM (BOA VISTA)/PREF BOA VISTA/2023

ASSUNTO: LEGISLAÇÃO PENAL e Processual Penal Especial - Da Aplicação da Pena (arts. 6º a 24 da Lei nº 9.605/1998)

À luz do disposto na Lei n.º 9.605/1998, assinale a opção **correta** em relação aos crimes contra o meio ambiente e às penas imponíveis aos seus autores.

- (A) A baixa instrução do agente criminoso constitui circunstância agravante de pena.
- (B) É vedada a imposição de penas restritivas de direitos em substituição às penas privativas de liberdade.
- (C) Apenas pessoas naturais podem figurar como autores desses delitos.
- (D) A suspensão condicional da pena pode ser aplicada nos casos em que a condenação à pena privativa de liberdade não seja superior a três anos.

48. CEBRASPE - PSIC (SÃO CRISTÓVÃO)/PREF SÃO CRISTÓVÃO/2023

ASSUNTO: LEGISLAÇÃO PENAL e Processual Penal Especial - Da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher (arts. 5º a 7º da Lei nº 11.340/2006)

Conforme a Lei Maria da Penha, é forma de violência doméstica e familiar contra a mulher

I a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal.

II a violência psicológica, como constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização ou ameaça.

III a violência sexual, entendida como participação em relação sexual não desejada, impedimento de usar qualquer método contraceptivo ou forçação ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação.

IV a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores, direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades.

Estão **certos** apenas os itens

- (A) I, II e III.
- (B) II, III e IV.
- (C) I, III e IV.
- (D) I, II e IV.

49. CEBRASPE - GCM (BOA VISTA)/PREF BOA VISTA/2023

ASSUNTO: LEGISLAÇÃO PENAL e Processual Penal Especial - Da Assist. à Mulher em Situação de Violência Domést./Familiar (arts. 8º a 12 da Lei nº 11.340/2006)

Segundo as disposições da Lei Maria da Penha (Lei n.º 11.340/2006), caracterizada a situação de violência física contra a mulher e comprovado grave risco à sua vida, o agressor será afastado do lar, domicílio ou local de convivência por determinação

- (A) da autoridade judicial, com exclusividade.
- (B) da autoridade judicial ou do promotor de justiça, com exclusividade.
- (C) do policial, quando o município não for sede de comarca e não houver delegado disponível no momento da denúncia.
- (D) do delegado de polícia, quando o município for sede de comarca.

50. CEBRASPE - JD (TJDFT)/TJDFT/2023

ASSUNTO: LEGISLAÇÃO PENAL e Processual Penal Especial - Disposições Transitórias e Finais (arts. 33 a 46 da Lei nº 11.340/2006)

Julgue os itens a seguir, relativos aos crimes de violência doméstica.

I Para a configuração do crime de violência doméstica, é necessária coabitação entre o autor e a vítima.

II Não se aplicam aos crimes de violência doméstica contra mulher os dispositivos da Lei n.º 9.099/1995 (Lei dos Juizados Especiais).

III Nos casos de crimes de lesões corporais leves e culposas, a ação penal é condicionada à representação.

Assinale a opção **correta**.

- (A) Nenhum item está certo.
- (B) Apenas o item **I** está certo.
- (C) Apenas o item **II** está certo.
- (D) Apenas o item **III** está certo.
- (E) Todos os itens estão certos.

51. CEBRASPE - ASOC (SÃO CRISTÓVÃO)/PREF SÃO CRISTÓVÃO/2023

ASSUNTO: LEGISLAÇÃO PENAL e Processual Penal Especial - Do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - SISNAD (art. 3º a 17 da Lei nº 11.343/2006)

A respeito do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD), assinale a opção **correta**.

- (A) Para a internação, em comunidade terapêutica, de pessoa com comprometimentos biológicos e psicológicos de natureza grave, é dispensada a avaliação médica prévia.
- (B) O SISNAD foi instituído com a finalidade exclusiva de fiscalizar as ações de repressão ao tráfico ilícito de drogas nas localidades das regiões de fronteira do país.
- (C) Nas atividades preventivas em estabelecimentos de saúde, deve-se evitar o emprego da expressão "retardamento do uso", por esta estimular o consumo de drogas.
- (D) O SISNAD atuará em conjunto com o SUS e com o Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

56. CEBRASPE - NER (TJ SC)/TJ SC/PROVIMENTO/2023

ASSUNTO: LEGISLAÇÃO PENAL e Processual Penal Especial - Lei nº 12.850/2013 (Antiga lei 9.034/1995) - Crime Organizado

De acordo com a Lei n.º 12.850/2013, a infiltração de agentes de polícia virtuais em tarefas de investigação na Internet será admitida

- (A) em todos os crimes punidos com pena de reclusão.
- (B) em todos os crimes punidos com pena privativa de liberdade.
- (C) em todos os crimes previstos na referida lei e em crimes a eles conexos, praticados por organizações criminosas.
- (D) nos crimes hediondos.
- (E) nos crimes praticados com violência ou grave ameaça.

57. CEBRASPE - PJ (MPE BA)/MPE BA/2023

ASSUNTO: LEGISLAÇÃO PENAL e Processual Penal Especial - Lei nº 12.850/2013 (Antiga lei 9.034/1995) - Crime Organizado

No que diz respeito às organizações criminosas, assinale a opção **correta**.

- (A) O líder de organização criminosa condenado pelo crime de integrar tal organização deverá iniciar o cumprimento da pena necessariamente em estabelecimento penal de segurança máxima.
- (B) A definição legal de organização criminosa promovida pela Lei n.º 12.850/2013 internaliza na legislação nacional a definição de grupo criminoso organizado constante da Convenção de Palermo.
- (C) O concurso de funcionário público é qualificadora do crime de integrar organização criminosa.
- (D) Havendo indício de participação de funcionário público na organização criminosa, é cabível a determinação judicial de afastamento cautelar do cargo, do emprego ou da função, sem remuneração, quando necessária à investigação ou instrução processual.
- (E) Para que seja possível nova acusação pelo crime de integrar organização criminosa contra os mesmos agentes por novo crime de mesma espécie, sem configurar bis in idem, deve ser considerada cessada a permanência da conduta com o recebimento da denúncia.

58. CEBRASPE - PJ (MPE AM)/MPE AM/2023

ASSUNTO: LEGISLAÇÃO PENAL e Processual Penal Especial - Lei nº 13.869/2019 (antiga Lei nº 4.898/1965) - Lei de Abuso de Autoridade

Cleber é investigado pela prática do crime de estupro de vulnerável contra sua sobrinha consanguínea, Olívia, de 13 anos de idade, com quem não divide moradia. Em depoimento na delegacia, devidamente acompanhada, a vítima relatou o ocorrido. Após tomar ciência da investigação, o advogado de Cleber requereu nova oitiva da vítima. A fim de evitar arguições de nulidade, a autoridade policial deferiu o pedido defensivo, e a vítima foi novamente intimada a depor. Ouvida, manifestou-se no sentido de não querer mais reviver o trauma sofrido. Novamente, contudo, insatisfeito com as respostas da vítima, o advogado do investigado insistiu em nova oitiva da vítima, sob a alegação de contradições entre o primeiro e o segundo depoimento. Devido ao pedido, os autos foram encaminhados ao MP, para emissão de parecer.

A partir dessa situação hipotética, assinale a opção **correta**, de acordo com a legislação aplicável.

- (A) A ausência de coabitação e de relacionamento afetivo entre vítima e agressor afasta a incidência da Lei Maria da Penha.
- (B) O crime de violência institucional, previsto na lei que trata do abuso de autoridade, não alcança advogados no exercício da defesa criminal.
- (C) Deferido o pedido de nova oitiva da vítima, incorrerá no crime de violência institucional o agente público que permitir que o advogado de Cleber, ao fazer perguntas, intimide-a, gerando indevida revitimização.
- (D) Em recinto próprio na delegacia, o depoimento da vítima deve ser colhido por profissional capacitado, preferencialmente do sexo feminino, e reduzido a termo, haja vista o risco de extravio de mídias digitais, bem como seu efeito intimidante.
- (E) Suposta anuência da vítima ao ato criminoso não afastaria a tipicidade do crime de estupro de vulnerável, porém afastaria o crime de violência institucional, porque, nessa hipótese, não haveria o elemento normativo do tipo — o de crime violento.